

em defesa da pesquisa

Educação popular em torno de uma plataforma política – o impacto do trabalho em rede de movimentos sociais pelos direitos das juventudes

Popular education around a political platform – the impact of social movements networking for youth rights

Laís Barbosa Patrocino¹

¹ Universidade do Estado de Minas Gerais, Departamento de Educação, Linguística e Letras, Carangola, Minas Gerais, Brasil. E-mail: lais.patrocino@uemg.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5632-2875>.

Submetido em 09/03/2022.

Aceito em 01/08/2022.

Pré-Publicação em 08/10/2022.

Publicado em 31/01/2023.

Como citar este trabalho

PATROCINO, Laís Barbosa. Educação popular em torno de uma plataforma política – o impacto do trabalho em rede de movimentos sociais pelos direitos das juventudes. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, v. 9, n. 1, jan./jun. 2023, Brasília, p. 527-542.

insurgência

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais | v. 9 | n. 1 | jan./jun. 2023 | Brasília | PPGDH/UnB | IPDMS
ISSN 2447-6684



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.
Este trabajo es licenciado bajo una Licencia Creative Commons 4.0.
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

Educação popular em torno de uma plataforma política – o impacto do trabalho em rede de movimentos sociais pelos direitos das juventudes

Resumo

O artigo objetivou discutir o alcance de atividades educativas de trabalho colaborativo em rede nos movimentos sociais pelos direitos das juventudes, por meio da análise das atividades de educação popular em torno da Plataforma Política elaborada pelo Fórum das Juventudes da Grande Belo Horizonte em 2014. O trabalho foi desenvolvido por meio da análise de diversos documentos produzidos pelo Fórum das Juventudes, bem como por observação participante nas atividades do grupo. A análise evidenciou que, embora a proposta de rede pressuponha uma horizontalidade, um centro mobilizador é fundamental. Além disso, não necessariamente haverá uma dicotomia entre formação de base e controle social. Tais iniciativas se fazem ainda mais necessárias no atual contexto político brasileiro.

Palavras-chave

Movimentos sociais; Redes; Juventudes; Educação popular.

Abstract

The article aimed to discuss the scope of educational activities of collaborative networking in social movements for the rights of youth, through the analysis of popular education activities around the Political Platform created by the Forum of Youths of Greater Belo Horizonte in 2014. The work was developed through the analysis of several documents produced by the Youth Forum, as well as participant observation in the group's activities. The analysis showed that, although the network proposal presupposes horizontality, a mobilizing center is fundamental. Furthermore, there will not necessarily be a dichotomy between grassroots training and social control. Such initiatives are even more necessary in the current Brazilian political context.

Keywords

Social movements; Networks; Youth; Popular education.

1 Introdução

A presente investigação sobre movimentos sociais juvenis se insere no contexto de estudos sobre a relação entre juventudes¹ e movimentos sociais, que vem ganhando cada vez mais força a partir da percepção de novas configurações nas manifestações políticas no Brasil nos últimos tempos.

¹ Utiliza-se o termo juventudes, no plural, para expressar a diversidade de experiências vivenciadas pelos jovens conforme seu meio social (DAYRELL, MOREIRA, STENGEL, 2011).

As grandes manifestações que tiveram início em junho de 2013 surgiram com reivindicações principalmente relacionadas ao transporte público, e que culminaram em uma série de protestos, dos quais destacam-se os relativos à Copa do Mundo da FIFA (Federação Internacional de Futebol), realizada no Brasil em 2014, que chamaram a atenção para uma série de complexidades que envolvem a participação política da juventude brasileira. A respeito das manifestações chamadas “Jornadas de Junho”, Silva (2014) aponta que, além do forte impacto que as redes intermediárias exerceram, como os convites para eventos nas redes sociais e as emissões audiovisuais das mídias alternativas, destaca-se a diversidade de opiniões e de manifestantes, o que significa mais desafios para sua compreensão.

Os milhões de brasileiras/os que saíram às ruas expuseram uma grande heterogeneidade, inclusive de pautas e reivindicações, muitas vezes contraditórias. Gritos contra as organizações partidárias se misturavam aos gritos dessas mesmas organizações, para as quais estar nas ruas não era nenhuma novidade. A questão das depredações também dividiu manifestantes, que vinham de diferentes contextos e com diferentes linguagens. Elas foram o argumento central para justificar a repressão policial e a deslegitimação dessas manifestações por parte da mídia, o que culminou em um enorme esvaziamento das ruas em 2014.

Fica nítido a partir daí que é preciso pensar esse novo contexto político constituído pelas juventudes, pensando também as instituições que o atravessam, que o alimentam, o reprimem, bem como as novas comunicações, que conferem uma configuração específica à participação política. Soma-se a isso o atual contexto político mundial de retrocesso conservador, que tem se manifestado intensamente no Brasil.

O Fórum das Juventudes da Grande BH (Belo Horizonte) tem sido um importante representante desses movimentos políticos no contexto em que atua. Trata-se de uma articulação da sociedade civil, uma rede que integra diversos grupos, organizações, instituições, institutos, órgãos, organizações não-governamentais (ONGs), movimentos sociais, bem como pessoas autônomas interessadas em discutir políticas públicas para as juventudes.

Criado em 2004, o Fórum das Juventudes da Grande BH se caracteriza como um grupo suprapartidário e não confessional. O grupo vem atuando em debates e espaços políticos e midiáticos e realizando atividades formativas com base na educação popular sobre temas que giram em torno dos direitos das juventudes e, em seu plano de ações, houve uma definição coletiva de que o controle social ganharia foco nas atividades, na incidência sobre as ações de administração pública, nos três âmbitos, municipal, estadual e federal.

O Fórum atua com uma pequena secretaria executiva, que é uma instância dedicada a operacionalizar as deliberações no âmbito do grupo gestor. Essa secretaria

executiva é mantida com verbas de editais, o que possibilita investir nos projetos do grupo. O grupo já se beneficiou de edital específico para a promoção de redes.

Em 2013, o Fórum das Juventudes da Grande BH lançou a campanha Juventudes contra Violência, baseada na Agenda de Enfrentamento à Violência contra as Juventudes, de 2012, da qual derivou, em 2014, a Plataforma Política. A Plataforma objetivou incidir sobre as eleições, estabelecendo 10 pautas prioritárias no combate à violação de direitos de jovens, bem como guiar processos formativos, dos quais surgiram as atividades educativas analisadas neste trabalho.

A Plataforma Política foi elaborada em um processo colaborativo, em um encontro ocorrido na cidade de Mário Campos, região metropolitana de Belo Horizonte, em maio de 2014, que reuniu mais de 40 ativistas de todo o país. O encontro foi orientado por um material gerado a partir da realização de rodas de conversa com grupos juvenis e organizações de juventudes que atuam em diversas regiões do Brasil. Foram formados grupos de debate que partiram de questões orientadoras.

Nesse encontro, foi discutida a importância de se conjugar as discussões sobre as pautas locais com a macro política e a política econômica. Também foi destacado o fato de Belo Horizonte ter sido a única capital do Sudeste do Brasil que registrou aumento nos índices de homicídio juvenil, de acordo com os dados do Mapa da Violência de 2013 (WAILSENFISZ, 2013).

De acordo com os dados do Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) de 2012, elaborados pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SDH), em parceria com o Observatório de Favelas e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em Belo Horizonte, a taxa era de 4,12 assassinatos por mil habitantes (de 12 a 18 anos), enquanto na cidade do Rio de Janeiro a taxa era de 2,06, em São Paulo de 1,69 e a média nacional era de 3,32. Belo Horizonte aparecia como a oitava capital mais violenta para os jovens nesse estudo (CÂMARA, 2015).

O Atlas da Violência de 2019 (IPEA, 2019), entretanto, apontou para uma redução na taxa de homicídios em estados das regiões sul e sudeste, mas significativo aumento em estados do nordeste. A desigualdade racial também foi aprofundada, com maior aumento da taxa de homicídios de jovens negros com relação à de não negros na grande maioria dos estados brasileiros.

A partir dessas discussões, foram definidos os 10 eixos programáticos da Plataforma Política Juventudes contra Violência, a saber: Acesso à Justiça, Democratização das Comunicações, Direito à Cidade, Enfrentamento ao Genocídio da Juventude Negra, Fortalecimento da Democracia Participativa, Fortalecimento do Sistema Socioeducativo, Novo Modelo de Política sobre Drogas, Novo Modelo de Segurança Pública e Desmilitarização das Polícias, Orçamento Público para Juventude e Políticas Sociais.

O trabalho da Plataforma se dividiu em quatro frentes. Na frente de formação, o Fórum coordenou um trabalho de pesquisa acerca do cenário de políticas públicas referentes a cada um dos eixos, que culminava em proposições. Na frente de articulação, foi feito o contato com candidaturas aos cargos do Legislativo e do Executivo, em âmbito estadual e nacional – conseguindo adesões de candidatas/os, que se comprometeram em trabalhar integralmente com a Plataforma, caso fossem eleitas/os (ao todo foram 22 candidatos apoiadores, dos quais cinco foram eleitos). Na frente de comunicação, foi desenvolvida uma página eletrônica para a Plataforma, com conteúdos relacionados às ações realizadas e com material produzido pelo Fórum, como o ranking dos “Inimigos da Juventude” (em que foram analisados os programas de governo de todos os candidatos à presidência, de acordo com os eixos). Por fim, a frente de mobilização compreendeu as ações educativas.

No âmbito das ações de mobilização, desde o lançamento da Plataforma Política, em agosto de 2014, foram realizadas aproximadamente 40 atividades educativas nos mais diversos eventos e espaços, como escolas, faculdades, ocupações urbanas, associações comunitárias, órgãos públicos, dentre outras instituições voltadas para jovens. Cada encontro focou a discussão em um ou mais eixos dentre os 10 estabelecidos pela Plataforma, sendo o combate ao genocídio da juventude negra um eixo de articulação entre os demais.

O Fórum das Juventudes tem sido cada vez mais reconhecido como uma referência nas discussões relacionadas às juventudes. O Brasil vive um contexto em que essas questões estão na ordem do dia, sobretudo pelo cenário político de retrocesso conservador. No momento de desenvolvimento das atividades estava em curso a tentativa política de redução da maioria penal, ameaça aos direitos já conquistados e garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Acendeu-se o debate sobre a criminalização da pobreza, o racismo e a condição da juventude negra, principal afetada por essa política. Atualmente, o Brasil vivencia os danos causados pela pandemia de Coronavírus e sua gestão, com efeitos extremamente negativos ao campo da educação e juventudes, pelo enorme aumento da evasão escolar (G1, 2021). É ainda diante deste cenário que novos cortes de investimentos são anunciados, sendo as pastas mais afetadas justamente as de Educação e Trabalho (TOMAZELLI; VARGAS, 2022). É neste contexto que as atividades educativas ganham foco e surge a proposta de analisá-las.

Este trabalho é resultado de uma pesquisa que teve como objetivo analisar essas atividades educativas em torno da Plataforma Política, discutindo o impacto do trabalho em rede na luta pelos direitos das juventudes. Comumente discutido no âmbito de movimentos sociais, problematizou-se se o investimento em formação de base poderia se dar em prejuízo do controle social.

Priorizou-se uma perspectiva microssociológica para analisar o trabalho em rede nos movimentos sociais. Além da análise documental dos arquivos disponíveis no endereço eletrônico do Fórum das Juventudes, utilizou-se de observação participante, ocorrida em aproximadamente 20 encontros e reuniões do grupo gestor e em aproximadamente dez atividades educativas, entre os anos de 2014 e 2016. A coleta e análise de dados centraram-se na proposta política de atuação do grupo. Este trabalho apresenta uma breve discussão sobre os movimentos sociais na contemporaneidade, seguida de uma breve contextualização da educação popular e, por fim, apresenta a análise das atividades educativas.

2 Movimentos Sociais na Contemporaneidade

Campos (2005) analisa como os estudos sociológicos interpretaram uma nova configuração nas formas de organização no Brasil que ocorreram a partir do fim da década de 1970, os chamados novos movimentos sociais. De acordo com o autor, se analisa que os movimentos antes liderados por trabalhadores, que tinham como categoria central a classe social, e que buscavam espaço de expressão nos sindicatos e partidos políticos, deram lugar a uma diversidade de movimentos sociais, compostos por indígenas, trabalhadoras/es do campo, moradoras/es de bairros de periferia de grandes centros urbanos, negras/os, mulheres e homossexuais. Os estudos a partir dos anos 1980 tentaram, com dificuldade, distinguir esses movimentos em dois diferentes campos, um voltado para a reivindicação de bens materiais, como terra e serviços públicos, e outro voltado para a questão das identidades, o reconhecimento das diferenças e a igualdade de direitos. No mesmo caminho, Gohn (2011) analisa como a relação entre movimentos sociais e classes sociais diminuiu na América Latina, e a centralidade da classe operária deu lugar aos sujeitos, antes restritos à classe operária e às classes populares relacionada à questão da moradia.

Gohn (2011) avalia os principais eixos analíticos dos movimentos sociais e aponta, entre eles, as teorias pós-coloniais, que voltam o olhar sobre as pedagogias que contribuem para a emancipação de grupos oprimidos, por meio da construção da identidade, uma consciência que os transforma em sujeitos na comunidade. Ela também destaca o eixo teórico voltado para as redes e vínculos de sociabilidade nas organizações. A autora retoma questionamentos de entidades ligadas a organizações não governamentais sobre as possibilidades de conferências e conselhos de fato democratizarem e incluírem mais segmentos sociais no exercício do poder e nas decisões de interesse público, e também se a participação nesses espaços afasta as organizações da mobilização e formação política de base, bem como se é possível estender os processos de controle social para a política econômica (GOHN, 2011).

A autora também discute o fato de a cultura política não ser um dado, ela se constrói no grupo a partir dos valores que vão sendo assumidos, e se modificam nas ações práticas, ainda que existam estruturas prévias. É nesse processo que se formam as identidades e isso é o que a autora chama de identidade política, diferente da política de identidade, que seria o movimento contrário. Essa identidade não é estática justamente porque o movimento social existe em um contexto histórico, e ela muda segundo o contexto e as aprendizagens (GOHN, 2011).

Também Vinadé e Guareschi (2007) sugerem algumas questões a serem pensadas acerca da militância na contemporaneidade. Uma delas é que no contexto de capitalismo neoliberal, conforme discute Montaño (2002), a presença do estado é cada vez menor e emergem outras instituições que tentam suprir essa desresponsabilização do estado, como as ONGs. Gorczewski e Martin (2011), em debate sobre os novos movimentos sociais, apontam ainda para perspectivas contrárias à intervenção estatal e a despolitização de movimentos sociais, dentre eles o de jovens. Vinadé e Guareschi (2007) também propõem uma reflexão sobre o modo como a contemporaneidade, marcada pela fluidez, expõe os alvos a serem combatidos de forma difusa, processo facilmente incorporado até por militantes, o que exige uma constante reconstrução nas lutas.

Outra questão debatida é a dimensão subjetiva no processo coletivo. Militantes buscam na militância uma maneira de ser o que se é, em um contexto amplo de opressão. Nesse sentido, os movimentos sociais podem representar um acolhimento da revolta partilhada, no sentimento de estar entre iguais. Vinadé e Guareschi (2007) identificaram, na posição de militantes, a ideia de que a militância envolve formação teórica e paixão, que se deve militar por uma causa, não por uma entidade, e que a luta deve ser coletiva, e não personalizada. Foi identificada a importância de reconhecimento. Também foram relatados conflitos com relação às práticas paternalistas, e com relação às rivalidades entre movimentos com as mesmas causas. Além disso, foi exposta a contradição entre a crítica que se propõe ao Estado e a dependência financeira, que muitas vezes se estabelece por meio de financiamento. Por fim, a relação com a mídia também foi retratada como conflituosa, pois ao mesmo tempo em que se busca visibilidade, teme-se a deturpação e a estereotipação dos movimentos para fins de comercialização das causas.

Na compreensão de Domínguez (2006), nem todos os movimentos sociais são marcadamente constituídos por jovens, mas eles são fundamentais para os movimentos sociais, pois representam a perspectiva de futuro. A autora ainda aponta que no contexto da globalização e da expansão das comunicações, é possível estabelecer vínculos globais, com representações simbólicas transnacionais.

Podemos perceber que são várias as questões a serem pensadas com respeito à relação entre movimentos sociais e juventudes. Tais questões se complexificam ainda mais com as questões trazidas pela contemporaneidade.

O Fórum das Juventudes da Grande BH, na reflexão proposta por Campos (2005) e Gohn (2011), estaria entre a luta por direitos ligados aos serviços públicos, e também pelo reconhecimento das identidades, mais voltada para os sujeitos. A própria pauta das juventudes é transversal e abrangente a essas várias lutas. Cabe apontar, ainda, que os direitos das juventudes situam-se no campo dos direitos fundamentais e têm status de prioridade absoluta. Eles se baseiam nos princípios da proteção integral e que, portanto, têm caráter interdisciplinar (CUSTÓDIO, 2008).

A identidade política do grupo vem se transformando de acordo com o contexto atual, como aponta Gohn (2011). O foco na defesa dos direitos da juventude negra vem se constituindo com a constatação do genocídio da juventude negra no Brasil.

As discussões sobre a preponderância da participação em conferências e conselhos com relação às formações de base e as atividades educativas, assim como a necessidade de focar no controle social, pensando a macro política e a política econômica, retomadas por Gohn (2011), têm sido pautas constantes no Fórum das Juventudes da Grande BH, assim como as contradições discutidas por Vinadé e Guareschi (2007).

A análise a seguir encontra-se em um dos eixos analíticos apontados por Gohn (2011). Discute-se sobre as pedagogias voltadas para construção das identidades e também sobre os vínculos de redes nas organizações.

3 Perspectiva da Educação Popular

As atividades educativas realizadas com base na Plataforma Política elaborada pelo Fórum das Juventudes foram guiadas pela perspectiva da educação popular, sobretudo de Paulo Freire. Paulo Freire (1983) criticava a perspectiva hierárquica estabelecida entre quem pode levar o conhecimento a alguém, que precisa recebê-lo. Nesse sentido, a ação tem um sentido mecânico, de invasão cultural, e não de transformação do mundo, de uma ação educativa libertadora. Ao contrário da ação de persuadir de uma propaganda domesticadora sobre suas técnicas, que trata educandas/os como objetos, Freire (1983) afirmava que cabe ao/à educador/a a tarefa de comunicação.

A educação libertadora ocorre, segundo Paulo Freire (1983), quando, na posição de educador/a, há o reconhecimento de que se sabe pouco e pode-se saber mais em diálogo com aquelas/es que passam a reconhecer seu próprio conhecimento.

Em debate sobre o termo extensão, o autor afirmava que há um equívoco relativo ao conhecimento, pois, ainda que remeta à ideia de dinâmica, o conteúdo estendido é estático, ao mesmo tempo que opõe o sujeito que estende como ativo ao que recebe como passivo. O conhecimento só pode existir se apreendido em confrontação com o mundo, e não transferido. Nesse sentido, afirmava: “Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos” (FREIRE, 1983, pp. 16). Esse conhecimento é construído na práxis, na relação ação e reflexão.

Paulo Freire (1983) ainda afirmava que o pensamento mágico - que permeia muitos territórios - possui contexto cultural, lógica e linguagem própria, ao que não se pode simplesmente sobrepor outra. É comum essas populações se sentirem mais parte do mundo natural que agente transformadora dele. Nesse sentido, é preciso que o seu conhecimento passe do sensível até alcançar a razão da realidade, por meio da práxis. Um trabalho realizado nesse contexto precisa ver a realidade como totalidade, e não apenas reduzir-se à técnica.

Paulo Freire (1983) afirmava que para construir a práxis, é preciso desenvolver sobre a ação o “logos” e não apenas a “doxa”. Nesse sentido, opõe-se dialogicidade e antialogicidade, em que a última constitui-se como a invasão autoritária de um sistema de valores histórico-cultural sobre outro. Essa invasão envolve o pensar sobre e não com, em que o grupo invadido é pensado como objeto. Essa prática envolve a manipulação e a massificação, a subestimação da capacidade intelectual desse grupo.

Paulo Freire (1983) citava como exemplo a ideia de perda de tempo que o diálogo parece ter para o trabalho de extensão. O autor afirmava que esse tempo desqualificado muitas vezes é o da construção da autoconfiança das pessoas com quem se trabalha. Ele se referia ao termo alienação da ignorância para explicar a crença de que a ignorância pertence ao outro, e não a si, e assim afirmava que não há absolutização do conhecimento nem da ignorância. Entretanto, no sistema de opressão, em que não há a cultura da participação, existe uma desconfiança por parte de quem trabalha com relação a si mesma/o.

O autor ainda afirmava que estabelecer o diálogo envolve discutir a instrumentalidade do conhecimento. Disso decorre a importância do papel docente, pois a problematização independe do conteúdo e constitui-se como atributo docente (FREIRE, 1983).

Paulo Freire (1983) defendia que, no contexto da ação política, o/a educador/a é apenas um/a dos/as participantes agentes da mudança. Seu papel não se reduz à técnica, justamente porque não existe neutralidade no processo educativo. Trata-se de um processo político que só pode partir da bagagem cultural que trazem ao grupo em questão. Trata-se, portanto, de uma unidade pedagógica, em que todas as pessoas e profissionais ligadas ao processo são educadoras.

Como essa é uma ação que transcende a técnica, muitos são os conhecimentos úteis nessa construção, ainda que não reconhecidos, como é a análise semântica dos termos utilizados, bem como a análise da consciência do grupo. O trabalho reduzido à técnica, ao detectar seu fracasso, culpabiliza os sujeitos, sem reconhecer a fragilidade de seu método ao desconsiderar a totalidade da realidade (FREIRE, 1983).

O autor afirmava ainda a importância de considerar o contexto de continuidade histórica. É ingenuidade supor que a partir de uma ação política pontual estão eliminadas todas as características do sistema de opressão (FREIRE, 1983).

A reflexão epistemológica proposta por Paulo Freire acerca da extensão permite um olhar aprofundado sobre a educação popular. O trabalho de educação só será efetivo se transcender a técnica e reconhecer o contexto histórico-cultural com o qual se trabalha. Assim, é possível construir um processo com os sujeitos, à medida em que esses passam a se entender como agentes transformadores do mundo.

Tais reflexões embasaram todo o processo educativo empreendido pelo Fórum das Juventudes, na constante vigilância para não assumir uma postura de “levar o conhecimento”, na análise de promoção de uma autoavaliação e no reconhecimento das limitações do próprio trabalho.

4 As Atividades Educativas

Desde o lançamento da Plataforma Política em agosto de 2014, foram realizadas em torno de 40 atividades educativas, concentradas no segundo semestre desse ano. Foram poucas as atividades fora do estado de Minas Gerais, tendo ocorrido em sua grande maioria em Belo Horizonte e região metropolitana.

Essas atividades ocorreram em variados espaços, de instituições educacionais, a associações comunitárias e ocupações urbanas, e variaram em sua metodologia, acontecendo em formatos como oficinas, batalha de rima e cineclubes. Qualquer pessoa poderia tomar a iniciativa de desenvolver uma atividade com base em um ou mais eixos da Plataforma Política, e o Fórum das Juventudes da Grande BH garantia a participação de no mínimo um ou dois de seus integrantes. As atividades aconteciam conforme as condições do lugar e a disponibilidade das pessoas envolvidas nela.

Para que fossem abarcadas todas as demandas de atividades que surgiram, e também para que elas acontecessem de forma diversa e democrática, o Fórum das Juventudes da Grande BH trabalhou com um processo de mobilização ao acionar suas redes para buscar representação. Assim, várias pessoas dos diversos grupos ligados à articulação, bem como ativistas autônomas/os, se disponibilizavam a

participar das atividades conforme o tema de interesse e identificação, de forma fluida. Houve um esforço para que as atividades fossem, de fato, descentralizadas, como o nome que receberam.

A representação do grupo era pensada também conforme o tema e a comunidade em que a atividade aconteceria. Esse cuidado foi tomado tendo como base, sobretudo, a questão racial e o pertencimento, acreditando na importância de se respeitar o lugar de fala e também de criar identificação com o público da atividade. Se o tema discutido fosse o enfrentamento ao genocídio, a prioridade era que pessoas negras participassem. Em discussões sobre o direito à cidade, a prioridade era para coletivos que já tinham a efetivação desse direito como objeto, e assim por diante.

O estímulo a pensar sobre as realidades locais e a participação política foram consequências positivas das atividades. Foi notado que a Plataforma Política atingiu, de modo gradativo, novos alcances, sendo apropriada de diferentes maneiras conforme o debate local. Essas discussões foram se reverberaram e se multiplicaram de acordo com a forma como foram incorporadas em cada grupo em que se desenvolveu a atividade.

Outras duas questões foram notadas nas atividades. Uma delas foi o debate gerado entre alguns jovens sobre a criminalização de seus estilos, como o uso de bonés, tatuagens, piercings, dentre outros, que os tornam mais suscetíveis a sofrer abordagens policiais. Os posicionamentos deles se dividiram entre a ideia de que precisam se proteger e, por outro lado, têm o direito de se expressar da forma como preferem.

Por fim, outra questão notada foi como a proposição da legalização das drogas, no eixo novo modelo de política sobre drogas, ainda causa bastante polêmica e receio, mesmo o envolvimento com o tráfico de drogas sendo entendido como um dos principais fatores explicativos para o genocídio da juventude negra. Notou-se como ainda é grande a condenação moral e a desinformação com relação ao uso das drogas consideradas ilícitas no Brasil, o que de certa forma se constitui como um discurso que sustenta o tráfico de drogas, responsável pela morte de milhares de jovens negros por ano no país.

Foi possível perceber o trabalho colaborativo em redes nas atividades educativas em torno da Plataforma Política de forma bastante positiva, embora com algumas limitações. A principal delas foi o fato de que mesmo a elaboração da Plataforma Política ter envolvido militantes de diversos estados brasileiros, as atividades ficaram restritas à Belo Horizonte e região metropolitana. O grupo fez um esforço grande para agenciar a realização de atividades em outros estados, mas, devido à concentração de atividades e pessoas do Fórum na Região Metropolitana de Belo

Horizonte, a tendência é que se mantivessem nessa região. A colaboração dos demais ativistas acabou se reservando mais à concepção das atividades.

De todo modo, foi possível realizar muitas formações e de diferentes tipos, a partir da adesão de integrantes dos diversos grupos ligados ao Fórum das Juventudes da Grande BH. Isso só foi possível devido a um trabalho intenso de mobilização. O trabalho em redes mostra possibilidades de coesão, fortalecimento e crescimento dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, ele revela limitações e a necessidade de uma coordenação centralizada das ações. Desse modo, assume-se que a rede tem centros, não é totalmente horizontal, e, nesse sentido, o Fórum se propôs a ser esse centro mobilizador.

Avaliou-se também, por fim, que as formações de base como as atividades educativas são fundamentais como forma não só de divulgar e fortalecer o trabalho do grupo, mas também como meio de estar próximo e poder ouvir as juventudes. Trata-se de um meio de manter um diálogo constante.

A participação em conferências e conselhos, assim como o controle social, considerando também a macro política e a política econômica, não poderiam, contudo, ficar em segundo plano, sobretudo observando-se o atual contexto político de ameaça de perda de direitos já anteriormente conquistados pelo ECA.

As atividades em torno da Plataforma Política do Fórum das Juventudes mostraram, no entanto, um “falso dilema” entre a participação institucional e a mobilização de base, já que constituiu uma síntese dessas duas dimensões da participação. A ideia das quatro frentes formadas em torno da Plataforma se deu justamente para promover ações em diferentes campos a partir dos seus conteúdos, o que promoveu não só ações de base, mas também de controle social.

5 Considerações finais

O Fórum das Juventudes da Grande BH tem sido reconhecido como uma importante articulação na luta pelos direitos das juventudes. Seu trabalho tem contribuído, sobretudo, para a discussão sobre o genocídio da juventude negra no Brasil nos mais diversos espaços sociais. No entanto, se reconhece que ainda há muito a se fazer na luta pela afirmação das juventudes como um grupo prioritário e que necessita de políticas públicas específicas, sobretudo em um período político que tem apontado para o desconhecimento das minorias sociais e esvaziamento de suas pautas.

Observado mundialmente, o atual contexto político de retrocesso conservador, em que se exacerbam as políticas neoliberais, que comprometem a garantia de direitos, sobretudo na restrição de orçamento de políticas públicas sociais nos campos da

saúde e educação, aprofunda os desafios para diversos grupos minoritários, dentre os quais as juventudes se encontram. Além disso, o aumento da violência, também consequente desse processo, acaba por vulnerabilizar ainda mais as juventudes, sobretudo as juventudes negras e periféricas.

Nesse sentido, este trabalho aponta para possibilidades de atuação no âmbito dos movimentos sociais de juventudes, no contexto de agudização de suas demandas. A análise da experiência do Fórum das Juventudes mostrou a possibilidade de conjugação de atividades de formação de base sem perdas para as ações de controle social, que igualmente se fazem urgentes no contexto de ameaças de direitos.

6 Referências

CÂMARA, Luciene. Violência contra Adolescentes cresce em BH e Supera RJ e SP. In: *O Tempo*, 23 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/violencia-contra-adolescentes-cresce-em-bh-e-supera-rj-e-sp-1.998154>. Acesso em: 12 fev. 2020.

CUSTODIO, A. Teoria da proteção integral: pressuposto para compreensão do direito da criança e do adolescente. *Revista do Direito*, n. 29, p. 22-43, 30 jan. 2008.

CAMPOS, Rogério Cunha. Protagonismo recente dos movimentos sociais em política, educação e cultura. In: SOARES, Leôncio ; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (orgs.). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p.133-148.

DAYRELL, Juarez Tarcísio; MOREIRA, Maria Ignez Costa; STENGEL, Márcia. *Juventudes Contemporâneas - Um Mosaico de Possibilidades*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011.

DOMÍNGUEZ, María Isabel. Los movimientos sociales y la acción juvenil: apuntes para un debate. *Sociedade e Estado*, n. 21, p. 67-83, jan. 2006.

Fórum das Juventudes da Grande BH. Disponível em: <http://forumdasjuventudes.org.br/> Acesso em: 12 fev. 2020.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

G1. Evasão escolar de crianças e adolescente aumenta 171% na pandemia, diz estudo. In: *G1*, 02 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/12/02/evasao-escolar-de-criancas-e-adolescente-aumenta-171percent-na-pandemia-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 09 mar. 2022.

GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre os movimentos sociais: o debate contemporâneo. In: *15º Congresso Brasileiro de Sociologia*. Curitiba, Brasil, 2011.

GORCZEWSKI, Clovis; MARTIN, Nuria Belloso. *A necessária revisão do conceito de cidadania: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

IPEA. *Atlas da violência 2019*. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2019.

Juventudes contra Violência. Disponível em <http://juventudescontraviolenca.org.br/>. Acesso em: 12 fev. 2020.

MONTAÑO, Carlos Eduarado. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. *Lutas Sociais*, n. 8, p. 53-64, 2002.

SILVA, Regina Helena Alves da. *Ruas e redes: dinâmicas dos protestos BR*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

TOMAZELLI, Indiana; VARGAS, Mateus. Ministérios do Trabalho e Educação sofrem maiores cortes no Orçamento de 2022. In: *Folha de S. Paulo*, 24 jan. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/bolsonaro-corta-r-32-bi-do-orcamento-mas-mantem-reserva-para-reajuste-de-servidor.shtml>. Acesso em: 09 mar. 2022.

VINADÉ, Taiani Farias; GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Inventando a contra-mola que resiste: um estudo sobre a militância na contemporaneidade. *Psicologia e Sociedade*, n. 19, p. 68-75, dez. 2007.

WAILSENFISZ, Julio Jacobo. Juventude Viva - Homicídios e Juventude no Brasil. *Mapa da Violência 2013*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência República, 2013.

Sobre a autora

Laís Barbosa Patrocino

Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais; doutora em Saúde Coletiva pela Fundação Oswaldo Cruz Minas Gerais. Cientista social e mestra em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisa nos campos de direitos das juventudes e educação em saúde e sexualidade.

